

## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

### 1. INFORMAÇÕES PRELIMINARES

**PROCESSO ELETRÔNICO Nº 7343/PMC/2026**

### 2. INTRODUÇÃO

**2.1.** O Estudo Técnico Preliminar, em observância ao disposto no art. 18, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, constitui instrumento essencial de planejamento, destinado à identificação e análise da necessidade administrativa, à demonstração do interesse público envolvido, bem como à adequada definição do problema a ser solucionado e da solução mais eficiente. Tem, ainda, por finalidade evidenciar a viabilidade técnica e econômica da medida pretendida, fornecendo os elementos indispensáveis à elaboração do Projeto Básico e/ou Termo de Referência, quando verificada sua pertinência.

**2.2.** O presente documento integra a fase preparatória do processo administrativo, configurando relevante mecanismo de governança, planejamento e controle, voltado à promoção da eficiência, eficácia e economicidade na gestão dos recursos públicos. Para tanto, contempla a identificação da demanda administrativa, a análise da viabilidade e razoabilidade da solução proposta, o levantamento e a avaliação das alternativas disponíveis no mercado, a verificação de eventuais impactos ambientais, a adequada caracterização do objeto, bem como a estimativa de custos, dentre outros elementos necessários à instrução processual.

**2.3.** Este Estudo Técnico Preliminar tem por finalidade delimitar, de forma clara, objetiva e precisa, o objeto a ser licitado, apresentando os subsídios técnicos indispensáveis à regular instrução do processo administrativo. Busca-se, assim, viabilizar a instauração de procedimento que conduza à seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, em conformidade com os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e interesse público, observadas as condições, quantidades e exigências estabelecidas neste documento.

### 3. UNIDADE DEMANDANTE

- **SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA-SEMFAZ**

### 4. DIRETRIZES QUE NORTEARÃO OS ESTUDOS TÉCNICOS



4.1. Os elementos normativos que regularão o presente prospecto seguirão destrinchados nos parágrafos subsecutivos:

- **LEI Nº 14.133/2021** – LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS;
- **DECRETO MUNICIPAL Nº 9.592/PMC/2024** – REGULAMENTA A LEI DE LICITAÇÕES CONTRATOS EM ÂMBITO MUNICIPAL;
- **LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006** - INSTITUI O ESTATUTO NACIONAL DA MICROEMPRESA E DA EMPRESA DE PEQUENO PORTE, ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº147/2014;
- **LEI Nº 3.696/PMC/2016** – DISPÕE DO TRATAMENTO FAVORECIDO E SIMPLIFICADO PARA AS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE NAS LICITAÇÕES NO ÂMBITO MUNICIPAL, ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 4.350/PMC/2019;
- **LEI Nº 13.709/2018** - LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS – LGPD;
- **LEI Nº 8.078/1990** - DISPÕE SOBRE A PROTEÇÃO DO CONSUMIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
- **LEI Nº 8.723 DE 28 DE OUTUBRO DE 1.993**- DISPÕE SOBRE A REDUÇÃO DE EMISSÃO DE POLUENTES POR VEÍCULOS AUTOMOTORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
- **LEI Nº 13.709/2018** - LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS – LGPD
- **INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº006/2024/PMC** - DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS PARA A REALIZAÇÃO DE PESQUISA DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE BENS E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA, NO ÂMBITO DA PREFEITURA DE CACOAL, FUNDOS E AUTARQUIAS;
- **INSTRUÇÃO NORMATIVA SLTI/MPOG Nº 01 DE 19/01/2010**;
- **DECRETO Nº. 8.175/PMC/2021** REGULAMENTA A LEI MUNICIPAL N. 4.562/PMC/2020 QUE DISPÕE SOBRE A CAMPANHA IPTU PREMIADO E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS;
- **PROGRAMA DE CONTROLE DA POLUIÇÃO DO AR POR VEÍCULOS AUTOMOTORES) – PROCONVE**;
- **CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO-CONTRAN**;
- **CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO - CTB.**



## **5. FUNDAMENTAÇÃO DA NECESSIDADE E JUSTIFICATIVA DA FINALIDADE PÚBLICA**

### **5.1. FUNDAMENTAÇÃO DA NECESSIDADE:**

**5.1.1.** O presente Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo demonstrar a necessidade da aquisição de 01 (um) veículo automotor 0 km, do tipo Hatch, fundamenta-se na necessidade de fortalecer as ações de fiscalização, cobrança, acompanhamento e incentivo à adimplência do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), nos termos do Decreto nº 8.175/PMC/2021, considerando os impactos diretos da inadimplência sobre a arrecadação própria municipal e a sustentabilidade fiscal do Município.

**5.1.2.** A redução ou instabilidade na arrecadação compromete o planejamento orçamentário, limita a execução de políticas públicas e afeta a continuidade e a qualidade dos serviços essenciais prestados à população, tais como saúde, educação, infraestrutura urbana e assistência social. Nesse contexto, torna-se indispensável disponibilizar meios adequados para garantir maior eficiência às atividades desempenhadas pela equipe responsável pelas ações tributárias externas, incluindo visitas técnicas, notificações, levantamentos cadastrais, fiscalização de imóveis, atendimento aos contribuintes e demais diligências relacionadas à arrecadação municipal.

**5.1.3.** A escolha de veículo do tipo Hatch justifica-se por sua economicidade, praticidade, baixo custo de manutenção, menor consumo de combustível e maior facilidade de deslocamento no perímetro urbano, características que favorecem a otimização dos serviços executados diariamente pela Administração Pública.

**5.1.4.** Além disso, a disponibilização de veículo próprio proporcionará maior agilidade, segurança e eficiência operacional às equipes envolvidas nas ações de recuperação e fortalecimento da arrecadação tributária, contribuindo diretamente para a elevação dos índices de adimplência do IPTU e para o aprimoramento da gestão fiscal municipal.

**5.1.5.** Como benefícios esperados, destacam-se o aumento da arrecadação própria, maior eficiência na execução das atividades de fiscalização e cobrança, melhoria na capacidade de investimento do município, otimização da aplicação dos recursos públicos e aprimoramento da prestação dos serviços oferecidos à população, em atendimento ao interesse público.

### **5.2. JUSTIFICATIVA DA FINALIDADE PÚBLICA:**



**5.2.1.** A finalidade pública da presente demanda consiste em proporcionar melhores condições operacionais à Administração Municipal para execução das atividades relacionadas à arrecadação tributária, especialmente no que se refere às ações de fiscalização, acompanhamento e incentivo à adimplência do IPTU, conforme previsto no Decreto nº 8.175/PMC/2021.

**5.2.2.** A aquisição de 01 (um) veículo automotor 0 km, do tipo Hatch, permitirá maior mobilidade e eficiência às equipes responsáveis pelas atividades externas da Secretaria competente, assegurando maior rapidez no atendimento das demandas administrativas, realização de diligências, visitas técnicas e ações voltadas à regularização tributária dos contribuintes.

**5.2.3.** Com uma arrecadação mais eficiente, o município amplia sua capacidade de investimento e garante melhores condições para manutenção e ampliação dos serviços públicos essenciais, como saúde, educação, infraestrutura urbana e assistência social, beneficiando diretamente a coletividade.

**5.2.4.** Além disso, a medida contribui para o fortalecimento da gestão fiscal, melhora o planejamento financeiro municipal e promove maior efetividade na execução das políticas públicas, assegurando o adequado cumprimento das obrigações legais relacionadas à administração tributária.

**5.2.5.** Dessa forma, a aquisição do veículo atende ao interesse público, promovendo economicidade, eficiência administrativa, melhoria na execução das atividades institucionais e fortalecimento da capacidade do município em atender às demandas da população.

## **6. LEVANTAMENTO DE MERCADO E DEMONSTRAÇÃO DE SOLUÇÕES APLICÁVEIS AO OBJETO DEMANDADO.**

**6.1.** Do levantamento de mercado realizado, em observância às diretrizes da fase preparatória da contratação pública, constatou-se a existência de distintas soluções aptas ao atendimento da demanda oficialmente formalizada. Referido levantamento foi conduzido com base em critérios técnicos e objetivos, considerando práticas correntes do setor, disponibilidade de fornecedores, modelos de execução adotados pela Administração Pública e parâmetros de eficiência, economicidade e viabilidade operacional.

**6.2.** Nesse contexto, foram identificadas e analisadas as alternativas potencialmente aplicáveis, as quais se mostram passíveis de apreciação pela Administração, permitindo a



adequada comparação entre diferentes abordagens de atendimento da necessidade administrativa. Tal providência visa subsidiar a tomada de decisão, assegurando a seleção da solução mais vantajosa, em consonância com o interesse público e com os preceitos estabelecidos na Lei nº 14.133/2021.

### **6.3. DETALHAMENTO DA PROSPECÇÃO MERCADOLÓGICA:**

#### **6.3.1. SOLUÇÃO 01 – CONVERSÃO DO PRÊMIO EM TÍTULOS OU CARTÃO-PRESENTE:**

**6.3.1.1.** A disponibilização de um cartão de débito com função restrita ou certificado de barras de ouro no valor equivalente ao veículo.

##### **6.3.1.2. PONTOS POSITIVOS:**

- Logística simplificada, eliminando a necessidade de armazenamento físico;
- Liberdade para o ganhador escolher o modelo ou investir o valor;
- Agilidade na entrega após a homologação do resultado.

##### **6.3.1.3. PONTOS NEGATIVOS:**

- Perda do apelo visual e simbólico que um automóvel proporciona nas campanhas publicitárias;
- menor impacto no estímulo psicológico do contribuinte para a regularização fiscal.

#### **6.3.2. SOLUÇÃO 01 – DISPONIBILIZAÇÃO DE VEÍCULO ZERO KM (PRÊMIO FÍSICO):**

**6.3.2.1.** Provimento de um veículo para entrega direta ao contribuinte sorteado que preencher os requisitos de adimplência.

##### **6.3.2.2. PONTOS POSITIVOS:**

- Elevado poder de engajamento popular e marketing institucional;
- Tangibilidade do prêmio que motiva o pagamento do tributo em cota única;
- Transparência visual da política de incentivo fiscal durante eventos públicos.

##### **6.3.2.3. PONTOS NEGATIVOS:**

- Exige logística de guarda e conservação do bem até a entrega; custos com emplacamento ou transferência (dependendo do regulamento);
- Risco de depreciação caso o processo de sorteio se prolongue.

### **6.4. ANÁLISE COMPARATIVA SOB A ÓTICA DO CUSTO, RISCO E TEMPESTIVIDADE:**



#### **6.4.1. SOLUÇÃO 01 - CONVERSÃO EM TÍTULOS OU CARTÃO-PRESENTE:**

**6.4.1.1.** A alternativa de premiação via cartões ou certificados de valor equivalente prioriza a agilidade logística. Esta solução desonera a Administração de custos com armazenamento e transporte, permitindo que o ganhador tenha autonomia para converter o prêmio em ativos de sua preferência. No entanto, sob o prisma da eficiência do programa arrecadador, esta modalidade apresenta menor impacto visual e simbólico. A ausência de um prêmio tangível (automóvel) nas campanhas publicitárias pode reduzir o engajamento do contribuinte e, consequentemente, diminuir a eficácia do programa "IPTU Premiado" no que diz respeito ao seu objetivo principal: o aumento imediato da arrecadação e a redução da inadimplência.

#### **6.4.2. SOLUÇÃO 02 - DISPONIBILIZAÇÃO DE VEÍCULO ZERO KM (BEM FÍSICO):**

**6.4.2.1.** O provimento de um veículo como prêmio físico é uma estratégia de marketing extrafiscal com alto poder de adesão popular. A tangibilidade do prêmio atua como um forte indutor psicológico, incentivando o contribuinte a regularizar seus débitos e optar pelo pagamento em cota única para concorrer a um bem de alto valor venal. A finalidade pública é atingida através da visibilidade do programa, que reforça a credibilidade da gestão tributária. Em contrapartida, esta solução exige que a Administração gerencie riscos logísticos, como o armazenamento seguro do bem e os trâmites de transferência patrimonial para o particular, além de estar sujeita à depreciação do modelo se houver atrasos excessivos na entrega.

#### **6.5. MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA SOBRE A SOLUÇÃO MAIS ADEQUADA AO ATENDIMENTO DA NECESSIDADE:**

**6.5.1.** Após a análise pormenorizada das alternativas disponíveis e o sopesamento dos riscos e benefícios inerentes a cada modelo de atendimento da demanda, conclui-se que a **AQUISIÇÃO DIRETA DE VEÍCULO** configura a solução de maior viabilidade técnica, jurídica e econômica para atender à finalidade do programa IPTU Premiado.

**6.5.2.** Sob o prisma da legalidade e da observância ao interesse público, a aquisição do veículo atende integralmente às disposições normativas que regulamentam o programa IPTU Premiado, especialmente diante da vedação expressa à premiação em dinheiro. Assim, o fornecimento de bem móvel durável revela-se compatível com os objetivos da política pública de incentivo à adimplência tributária.





**6.5.3.** Além disso, a disponibilização de veículo zero quilômetro como prêmio contribui para fortalecer o caráter educativo, motivacional e extrafiscal do programa, ampliando sua visibilidade perante a coletividade e incentivando os contribuintes ao cumprimento regular de suas obrigações tributárias, com reflexos positivos no incremento da arrecadação municipal.

**6.5.4.** Diante do exposto, define-se a **AQUISIÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR 0 KM** como a solução técnica mais adequada ao atendimento da necessidade administrativa, por assegurar conformidade com as normas aplicáveis para execução do programa IPTU Premiado.

## **7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

**7.1.** A solução consiste na aquisição de veículo automotor zero quilômetro, destinado exclusivamente à premiação do programa de incentivo à adimplência tributária IPTU Premiado, em conformidade com as disposições legais e regulamentares aplicáveis. A medida visa fortalecer as ações de incentivo ao pagamento regular do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), promovendo maior participação dos contribuintes e contribuindo para o incremento da arrecadação municipal.

**7.2.** A disponibilização de veículo zero quilômetro como prêmio atende às exigências da legislação municipal que regulamenta o IPTU Premiado, especialmente quanto à vedação expressa de premiação em pecúnia. Assim, a entrega de bem móvel mostra-se juridicamente adequada e alinhada aos objetivos do programa de incentivo à adimplência tributária.

**7.3.** A solução proposta também fortalece o caráter educativo, motivacional e extrafiscal do programa, uma vez que a premiação mediante entrega de veículo possui elevado potencial de estímulo à regularização fiscal, incentivando os contribuintes ao cumprimento tempestivo de suas obrigações tributárias e contribuindo para o aumento da arrecadação municipal.

**7.4.** Diante disso, a solução como um todo demonstra-se tecnicamente viável, juridicamente segura e administrativamente eficiente, por assegurar o atendimento da finalidade pública pretendida e a efetividade das ações de incentivo à arrecadação tributária municipal.

## **8. ANÁLISE SOBRE A POSSIBILIDADE DE PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO.**

**8.1.** Em observância ao disposto no art. 40 da Lei nº 14.133/2021, analisou-se a viabilidade do parcelamento da contratação, o qual constitui, em regra, diretriz a ser adotada pela



Administração Pública com vistas à ampliação da competitividade e à obtenção da proposta mais vantajosa.

**8.2.** Todavia, no presente caso, considerando que o objeto consiste na aquisição de veículo destinado à premiação do Programa IPTU Premiado, verifica-se que não se mostra tecnicamente recomendável o parcelamento da contratação, haja vista tratar-se de bem indivisível sob o ponto de vista funcional e operacional. O fracionamento do objeto comprometeria a integralidade do bem, a garantia, a assistência técnica e a responsabilização do fornecedor, podendo acarretar prejuízos à execução contratual e à eficiência administrativa.

**8.3.** Ademais, a aquisição por item único (veículo completo) revela-se economicamente mais vantajosa, na medida em que possibilita melhores condições comerciais, simplificação na gestão contratual e maior segurança na entrega do objeto, evitando a fragmentação de responsabilidades entre múltiplos fornecedores.

**8.4.** Dessa forma, conclui-se pela não adoção do parcelamento, sendo a adjudicação realizada por item único, correspondente ao veículo completo destinado à premiação do Programa IPTU Premiado, assegurando a integridade do objeto e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

## **9. QUADRO RESUMO, METODOLOGIA DE PESQUISA DE PREÇOS ADOTADA E POSICIONAMENTO CONCLUSIVO QUANTO AO CUSTO TOTAL ESTIMADO.**

QUADRO RESUMO - DESCRIÇÕES, QUANTIDADES E CUSTO ESTIMADO					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	<b>VEÍCULO TIPO AUTOMÓVEL HATCH: NOVO: COM AS ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS A SEGUIR: - ANO DE FABRICAÇÃO/MODELO NÃO INFERIOR AO ANO VIGENTE AO DA ENTREGA, COR BRANCA OU PRATA QUANDO DISPONÍVEL NO CATÁLOGO</b>	UNIDADE	01	R\$ 93.287,25	R\$ 93.287,25





DO FABRICANTE E SOLICITADO PELO ÓRGÃO PARTICIPANTE, MOTOR GASOLINA/ÁLCOOL, COM POTÊNCIA A PARTIR DE 60 CV, COM NO MÍNIMO 03 CILINDROS - 04 PORTAS, CÂMBIO TRANSMISSÃO MANUAL, COM NO MÍNIMO 05 MARCHAS SINCRONIZADAS À FRENTE E 01 À RÉ. - <b>DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA.</b> - SISTEMA DE SOM, INTEGRADO AO PAINEL, ORIGINAL DE FÁBRICA. - VIDROS E TRAVAS ELÉTRICAS NAS 04 PORTAS. ALARME ORIGINAL DO FABRICANTE SISTEMA DE ALARME COM ACIONAMENTO A DISTÂNCIA COM TRAVAMENTO E ACIONAMENTO DOS VIDROS. - AIR BAG MÍNIMO MOTORISTA E PASSAGEIRO. - CAPACIDADE MÍNIMA DE TANQUE: 40 LITROS OU SUPERIOR. - AR CONDICIONADO. - TAPETES DE BORRACHA, - PROTETOR DE CÁRTER E DEMAIS ITENS EXIGIDOS PELO CTB. - O VEÍCULO DEVERÁ TER TODOS OS EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA EXIGIDOS PELO CONTRAN, E ESTAR EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS DO PROCONVE. (PROGRAMA DE CONTROLE				
---	--	--	--	--



DE POLUIÇÃO DO AR POR VEÍCULOS AUTOMOTORES). - <b>GARANTIA MÍNIMA DE 03 (TRÊS) ANOS</b> , COM ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA NO ESTADO. 1º EMPLACAMENTO EM NOME DO ÓRGÃO SOLICITANTE, POR CONTA DA CONTRATADA				
<b>CUSTO TOTAL ESTIMADO</b>				<b>R\$ 93.287,25</b>

## 9.1. DO DETALHAMENTO DO OBJETO:

**9.1.1.** O veículo deverá estar estritamente enquadrado nos padrões de proteção ambiental exigidos pelo Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) e em conformidade com as diretrizes do Programa de Controle de Poluição do Ar por Veículos Automotores (PROCONVE).

**9.1.2.** O veículo deverá ser entregue devidamente emplacado em nome do Município de Cacoal, acompanhado da respectiva Nota Fiscal, do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo em formato digital ou físico (CRLV-e) e do comprovante de transferência de propriedade, quando couber, sem qualquer ônus adicional à municipalidade.

**9.1.3.** O objeto deverá estar acompanhado do manual do usuário em língua portuguesa e da relação atualizada da rede de assistência técnica autorizada, além de conter todos os itens e acessórios de segurança e sinalização tornados obrigatórios pelas resoluções vigentes do CONTRAN.

**9.1.4.** O veículo ofertado deverá possuir assistência técnica autorizada situada dentro do Estado de Rondônia, em um raio de distância de até 300 km do município de Cacoal/RO. Tal exigência justifica-se pela necessidade de mitigar custos operacionais e evitar gastos dispendiosos com o deslocamento ou transporte do veículo até a sede da assistência técnica em caso de manutenções ou reparos.

**9.1.5.** A garantia técnica deverá ser de, no mínimo, 03 (três) anos, com termo inicial contado a partir da data de entrega definitiva e recebimento do veículo pela Administração.

## 9.2. DETALHAMENTO QUANTO A METODOLOGIA DE PESQUISA DE PREÇOS E CONCLUSÃO DO CUSTO TOTAL ESTIMADO:



**9.2.1.** O procedimento de pesquisa e formação da estimativa de preços observou os parâmetros estabelecidos na Instrução Normativa nº 65/2021, de 07 de julho de 2021, a qual dispõe sobre os critérios e metodologias para a obtenção de preços de referência nas contratações públicas no âmbito da Administração Pública.

**9.2.2.** A metodologia adotada para o levantamento de mercado baseou-se na utilização combinada de pesquisa eletrônica e pesquisa direta junto ao mercado local, contemplando a consulta a pessoas jurídicas que exercem atividades compatíveis com o objeto pretendido. A pesquisa eletrônica foi realizada por meio de fontes públicas e especializadas, permitindo a obtenção de referências atualizadas e amplamente praticadas, enquanto a pesquisa direta possibilitou a coleta de informações junto a fornecedores atuantes na região, assegurando maior aderência à realidade local.

**9.2.3.** Destaca-se que a coleta de dados foi direcionada ao maior número possível de fornecedores, com vistas à ampliação da base de consulta e à obtenção de múltiplas referências de preços, conferindo maior robustez, confiabilidade e representatividade aos valores levantados. Tal procedimento visa garantir que a estimativa de preços reflita, de forma fidedigna, as condições praticadas no mercado, em observância aos princípios da economicidade, isonomia e vantajosidade para a Administração Pública.

**9.2.4.** O custo estimado perfaz **R\$ 93.287,25 (NOVENTA E TRÊS MIL, DUZENTOS E OITENTA E SETE RAIS E VINTE E CINCO CENTAVOS).**

**9.2.5.** O objeto demandado não se amolda aos artigos de luxo, nos termos contidos no art.20 da Lei nº 14.133/21.

### **9.3. HISTÓRICO/MEMÓRIA DE CONSUMO:**

<b>HISTÓRICO/MEMÓRIA DE CONSUMO</b>	
<b>IDENTIFICAÇÃO DO PROCEDIMENTO OU NÚMERO DO INSTRUMENTO DE CONTRATO</b>	<b>INVESTIMENTO ESTIMADO/HOMOLOGADO</b>
AQUISIÇÃO DE 1 (UM) VEÍCULO PROCESSO ELETRÔNICO Nº4759/PMC/2025.	VALOR HOMOLOGADO: R\$ 86.500,00

**9.3.1.** A unidade forneceu o histórico detalhado relativo à aquisição de veículos destinados à premiação do programa IPTU Premiado. Tais registros demonstram a regularidade e a



periodicidade desta política pública em exercícios anteriores, servindo como parâmetro sólido para a manutenção do modelo de premiação por meio de bem físico, em conformidade com os resultados positivos de arrecadação alcançados em períodos pretéritos.

**9.3.2.** Dessa forma, o veículo destinado à premiação encontra-se devidamente lastreada na série histórica de execução do programa de incentivo à adimplência tributária.

## **10. REQUISITOS LEGAIS, NORMATIVOS E TÉCNICOS APLICÁVEIS AO ATENDIMENTO DA DEMANDA**

**10.1.** Para a pretensa execução, aplicar-se-á o conjunto de requisitos legais e normativos subsecutivos, os quais devem nortear todas as etapas do fornecimento e o posterior recebimento dos objetos:

- **LEI FEDERAL Nº 14.133/2021** – Lei de Licitações e Contratos;
- **DECRETO MUNICIPAL Nº 9.592/PMC/2024** - Regulamenta a aplicação da nova Lei de Licitações no âmbito do Município de Cacoal/RO, devendo ser observado para a correta instrução processual.
- **LEI FEDERAL Nº 8.078/1990 - CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR** - Aplicável subsidiariamente no que concerne à garantia legal, vícios do produto e responsabilidade civil do fornecedor, sem prejuízo da garantia contratual mínima exigida no Termo de Referência.
- **CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO (CTB)** - Lei nº 9.503/1997, que define as normas gerais de circulação, conduta e as características obrigatórias dos veículos.
- **RESOLUÇÕES DO CONTRAN** - Especialmente as que tratam de equipamentos obrigatórios, tais como cintos de segurança, airbags frontais, sistema de freios ABS, encostos de cabeça e sistemas de sinalização luminosa e refletiva.
- **PORTARIA SENATRAN Nº 1.211/2022** - E demais normas atualizadas que regulamentam a emissão do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo eletrônico (CRLV-e) e do Documento de Segurança para fins de emplacamento.
- **RESOLUÇÕES CONAMA E PROGRAMA PROCONVE** - Exigência de conformidade com os limites vigentes de emissão de gases poluentes e ruídos para veículos automotores.
- **PROGRAMA BRASILEIRO DE ETIQUETAGEM (PBE VEICULAR - INMETRO)** - O veículo deve possuir a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia



(ENCE), informando a eficiência energética e o consumo de combustível, visando atender ao princípio da sustentabilidade e economia operacional.

- **LEI MUNICIPAL Nº 4.562/PMC/2020 E DECRETO Nº 8.175/PMC/2021** - Normas que fundamentam juridicamente o Programa IPTU Premiado, estabelecendo os critérios para a entrega do bem físico e a proibição de conversão da premiação em dinheiro.

## **11. INDICAÇÃO DE VINCULAÇÃO OU DEPENDÊNCIA COM OUTROS PROCESSOS**

### **11.1. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS A SEREM ADOTADAS:**

**11.1.1.** Registre-se que, após análise das condições administrativas, operacionais e estruturais envolvidas, não foram identificadas providências prévias indispensáveis à implementação da solução pretendida. Verifica-se que a Administração dispõe dos meios necessários e suficientes para o imediato prosseguimento dos procedimentos cabíveis, inexistindo condicionantes que demandem adequações preliminares específicas.

**11.1.2.** Dessa forma, conclui-se que a execução poderá ser iniciada oportunamente, em consonância com o planejamento estabelecido, não havendo óbices de ordem técnica, administrativa ou logística que impeçam o regular desenvolvimento das etapas subsequentes do processo.

### **11.2. PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES CORRELATAS E INTERDEPENDENTES:**

**11.3.** A presente pretensão de aquisição caracteriza-se por sua autonomia técnica e administrativa, não guardando relação de vinculação ou dependência obrigatória com outros processos de contratação ou procedimentos em curso no âmbito do Município. O objeto foi dimensionado para atender de forma imediata e específica às necessidades da unidade demandante e ao programa de adimplência fiscal IPTU Premiado, possuindo dotação orçamentária própria e cronograma de execução independente.

**11.4.** Não obstante a independência deste processo, ressalta-se que a Administração poderá projetar, em momento oportuno, a instauração de procedimento destinado à formação de Sistema de Registro de Preços (SRP). Tal iniciativa visaria o atendimento de demandas futuras e eventuais de objetos correlatos, com o intuito de suprir necessidades supervenientes de outras unidades integrantes da Administração Pública Municipal que venham a manifestar interesse em itens de mesma natureza.



11.5. Portanto, a execução deste objeto não fica adstrita a condicionantes externas, assegurando-se a celeridade do rito processual vigente, sem prejuízo da utilização de estudos de mercado e parâmetros aqui estabelecidos para subsidiar planejamentos futuros focados na economia de escala e na padronização por meio do registro de preços.

## 12. DEMONSTRATIVO DA PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL (PCA) E ALINHAMENTO COM AS LEIS ORÇAMENTÁRIAS VIGENTES

12.1. Atesta-se que, consoante as informações exaradas no Documento de Formalização de Demanda (DFD), oficializado pela unidade demandante, a necessidade em apreço encontra-se devidamente contemplada no Plano de Contratações Anual (PCA), em estrita consonância com o planejamento institucional previamente estabelecido, evidenciando sua aderência às diretrizes estratégicas da Administração Pública.

12.2. Ademais, verifica-se que, nos termos dos elementos consignados nos referidos documentos, a demanda apresenta plena compatibilidade com as leis orçamentárias vigentes, notadamente com o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), encontrando-se alinhada às ações governamentais e à correspondente previsão de recursos orçamentários necessários à sua execução.

12.3. Dessa forma, resta devidamente demonstrado, com fundamento nas informações constantes do Documento de Formalização de Demanda (DFD), que a iniciativa observa os pressupostos de planejamento, legalidade e responsabilidade fiscal, assegurando sua regular inserção no contexto orçamentário e administrativo da Administração Pública.

12.4. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento desta Prefeitura, conforme detalhamento constante nas tabelas subsequentes:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	GESTÃO ADM SEMFAZ
CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL	04.123.0002.2.025
ELEMENTO DE DESPESA	3.3.90.31.00 - PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS
FONTE	15000000





### **13. IDENTIFICAÇÃO DOS POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS**

#### **13.1. IDENTIFICAÇÃO DOS POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS:**

**13.1.1.** A execução do objeto e a consequente utilização dos veículos geram impactos ambientais inerentes à atividade de transporte motorizado. Entre os principais pontos identificados, destacam-se a emissão de gases de efeito estufa (GEE) e poluentes atmosféricos decorrentes da combustão, a geração de resíduos sólidos e líquidos provenientes das manutenções periódicas (como óleos lubrificantes, filtros, pneus e baterias) e a poluição sonora decorrente do tráfego urbano.

#### **13.2. DETALHAMENTO DE MEDIDAS MITIGADORAS:**

**13.2.1.** Para neutralizar ou minimizar os efeitos degradadores, a Administração Pública deverá exercer de forma ativa as seguintes medidas durante a execução e uso do objeto:

**13.2.2.** A Administração deverá exigir e verificar, no ato do recebimento, o atendimento aos limites de emissões estabelecidos pelo Programa de Controle de Poluição do Ar por Veículos Automotores (PROCONVE) e as normas do CONAMA, garantindo que apenas bens com tecnologia de baixa emissão sejam incorporados à frota.

**13.2.3.** Deverá ser exercido o monitoramento constante do consumo de combustível e da eficiência energética dos veículos, pautando-se pelas informações do Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE Veicular) do INMETRO, visando reduzir a pegada de carbono da unidade administrativa.

**13.2.4.** Caberá à Administração assegurar a realização rigorosa das manutenções preventivas, garantindo a regulação dos motores para a queima eficiente de combustível e evitando o descarte irregular de fluidos que possam contaminar o solo e os recursos hídricos.

**13.2.5.** A Administração deverá exercer o controle sobre o descarte dos componentes substituídos, assegurando que itens como pneus, baterias e lubrificantes usados sejam encaminhados para processos de logística reversa ou descarte ambientalmente adequado, conforme a legislação vigente.

### **14. DA DEMONSTRAÇÃO DAS PRETENSÕES A SEREM ALCANÇADAS**

**14.1.** A presente solução busca, primordialmente, a efetivação das políticas de incentivo à adimplência tributária. Com a execução do objeto, a Administração pretende alcançar os seguintes resultados:



**14.1.1.** Viabilizar a execução do programa IPTU Premiado, utilizando a premiação em bem físico como instrumento indutor para a redução dos índices de inadimplência e o consequente incremento da receita corrente própria do Município.

**14.1.2.** Contribuir para a melhoria dos índices de arrecadação própria do Município, por meio do apoio logístico às ações de incentivo à regularização fiscal dos contribuintes.

**14.1.3.** Promover maior eficiência administrativa e economicidade na execução das atividades de fiscalização e cobrança tributária, reduzindo custos operacionais decorrentes da utilização de veículos inadequados ou insuficientes.

**14.1.4.** Reforçar a sustentabilidade fiscal do Município, mediante a intensificação das ações voltadas à recuperação de créditos tributários e à conscientização dos contribuintes acerca da importância da adimplência fiscal.

**14.1.5.** Garantir suporte operacional às atividades previstas no Decreto nº 8.175/PMC/2021, assegurando a continuidade e efetividade das políticas públicas de incentivo à arrecadação e à adimplência tributária municipal.

## **15. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE**

**15.1.** À luz das análises técnicas, operacionais e econômico-financeiras empreendidas no âmbito do presente Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a solução delineada revela-se adequada e suficiente para o atendimento da necessidade administrativa identificada, evidenciando compatibilidade com os princípios norteadores da Administração Pública, notadamente os da legalidade, eficiência, economicidade e interesse público, bem como plena aderência às disposições da Lei nº 14.133/2021, que institui normas gerais de licitações e contratos administrativos.

**15.2.** Com base na justificativa e nas especificações técnicas constantes neste ETP e seus anexos, e na existência de planejamento orçamentário para subsidiar esta contratação, e diante do conjunto fático e técnico analisado, resta demonstrado que a solução proposta se apresenta tecnicamente idônea, economicamente vantajosa e administrativamente exequível, atendendo aos requisitos de interesse público e à melhor alocação de recursos. Assim, declara-se a viabilidade da pretensa execução, recomendando-se o regular prosseguimento do feito, com a adoção das providências necessárias à elaboração dos artefatos da fase preparatória, culminando na instauração do competente procedimento licitatório e, posteriormente, na formalização do ajuste administrativo.



Cacoal/RO, 01 de Junho de 2026.

**RESPONSÁVEIS PELA CONSOLIDAÇÃO DO PRESENTE ESTUDO:**

**[ASSINADO ELETRONICAMENTE]**  
**MÁBILY LOPES R. DE OLIVEIRA**  
ASSESSORA TÉCNICA EM PLANEJAMENTO DE COMPRAS - NFP  
**MATRÍCULA Nº 10818**

**[ASSINADO ELETRONICAMENTE]**  
**THAYNARA GALTER**  
CHEFE DO NÚCLEO DE FORMAÇÃO DE PROCESSOS - NFP  
**PORTARIA Nº 506/NFP/PMC**

Em face de todo o exposto no presente Estudo Técnico Preliminar, e considerando a consistência das análises técnicas, operacionais e econômico-financeiras realizadas, o signatário competente manifesta sua **APROVAÇÃO INTEGRAL** do referido instrumento.



Reconhece-se que as informações inerentes à demanda pleiteada encontram-se devidamente subsidiadas, estruturadas e fundamentadas, restando evidenciada a viabilidade da solução proposta, bem como sua adequação ao atendimento do interesse público.

Dessa forma, aprova-se o presente Estudo Técnico Preliminar para fins de regular prosseguimento do processo administrativo, com a adoção das providências subsequentes necessárias à formalização do ajuste administrativo pretendido.

[ASSINADO ELETRONICAMENTE]  
**GILMARA ALVES MACÊDO GUERREIRO**  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FAZENDA  
**DECRETO Nº 11.124/PMC/2026**

